

DESAFIOS EMPÍRICO-METODOLÓGICOS PARA A PESQUISA EM LETRAMENTOS DIGITAIS*

MARCELO EL KHOURI BUZATO
Doutorando – UNICAMP

RESUMO

O estudo da relação entre contexto e prática social tem sido fundamental para os desenvolvimentos teóricos e metodológicos no campo dos estudos de letramento nas últimas décadas. A introdução das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no escopo de interesse desses estudos tem revigorado a necessidade de revisão da relação contexto-letramento sobre a qual se apoiavam pesquisas anteriores, em face das novas possibilidades de interação à distância e da utilização de ‘mundos virtuais’ que caracterizam certos tipos de práticas de leitura e escrita mediadas pelas TIC. O presente trabalho aborda tal revisão do ponto de vista da dupla crise da etnografia, procurando avaliar criticamente certas estratégias empíricas e modelos metodológicos que começam a ser propostos para os estudos qualitativos em letramento digital. Conclui que tais estratégias, embora possam ser úteis para a construção de pressupostos mais adequados sobre a relação prática-contexto, necessitam ser aplicadas à própria prática do pesquisador, como forma de garantir a reflexividade tida como necessária para a legitimação das abordagens etnográficas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Letramento Digital; Policontextualidade; Etnografia

ABSTRACT

The study of the relation between context and practice has been essential for the theoretical and methodological developments in the field of literacy studies over the last few decades. The introduction of the new Information and Communication Technologies (ICTs) in the scope of interest of literacy studies has refreshed the need for a revision of the context-literacy relation upon which former research was based, in the face of new possibilities of interaction at a distance and the use of ‘virtual worlds’, typical of certain ITC-mediated reading and writing practices. The present essay addresses such revision from the viewpoint of the double-crisis of Ethnography, in an effort to critically evaluate certain empirical and methodological models that have recently been put forward in qualitative studies of digital literacy. It concludes that such strategies, although useful for the construction of more adequate assumptions as regards the practice-context relation, need to be applied to the researchers’ practices themselves, so that the degree of reflexivity deemed necessary for the legitimation of ethnographic approaches is guaranteed.

Key-words: Digital literacy; Policontextuality; Ethnography

* O presente trabalho foi realizado com o apoio do UOL (www.uol.com.br), através do Programa UOL Bolsa Pesquisa, processo número 20060509140453a.

INTRODUÇÃO

A idéia deste trabalho, ou a percepção de sua necessidade/utilidade, surge no contexto de uma pesquisa de cunho etnográfico que realizei recentemente em um telecentro da periferia de Guarulhos – SP, como parte do programa de Doutorado em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Buzato, 2007). Tal estudo visava documentar e analisar os modos de apropriação das novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) por uma população tida como “excluída”, modos estes que podem ser caracterizados como letramentos específicos emergentes naquele contexto.

Aprendi, ao longo daquele estudo, que o contexto específico que me propus a estudar constituía, em verdade, múltiplos contextos, era composto de diferentes espaço-temporalidades e configurações situacionais que, em última instância, produziam diferentes interpretações de inclusão. Não me refiro apenas à tensão entre as definições ampliada (broad) e restrita (narrow) de contexto que caracteriza o campo dos estudos de letramento como um todo (Barton, 2001, p.95-6), mas também ao fato de que aquele lugar, praticado de maneiras diversas, produzia diferentes espaços e tempos. Continuava, por assim dizer, a escola, a casa, o trabalho por meio de certas práticas, mas, ao mesmo tempo, abria uma passagem para outros tempos e espaços, outras configurações de pessoas, coisas e sentidos, por meio da hibridização.

Concluído aquele estudo, me pareceu oportuno investigar mais profundamente o problema da relação entre contexto e letramento como uma contribuição para futuras investigações nas áreas de letramento digital e inclusão digital, embora tenha clara consciência de que há muito mais que pensar e dizer sobre tal relação do que o aqui exposto. Este trabalho tem, portanto, um caráter fundamentalmente exploratório. Serve, sobretudo, como um convite aos pesquisadores menos experientes (dentre os quais me incluo), e um pedido de ajuda para os mais experientes, para a construção (ou transformação) de ferramentas empírico-metodológicas que nos permitam reagir à complexificação dos contextos, dos letramentos e das epistemologias, numa época, e num País, em que o pré-, o pleno, e o pós- (moderno, industrial, colonial, tipográfico, etc.) se entrelaçam e se ironizam continuamente (García Canclini, 2005).

Este artigo está dividido em três seções inter-relacionadas. Na primeira, procuro contrastar o que se tem entendido convencionalmente por contexto no âmbito dos estudos de letramento com noções alternativas de contexto que começam a se infiltrar nesse campo de estudos. Para tanto, lanço mão dos fundamentos da concepção relacional de tempo-espaço, e de asserções pós-modernas sobre cultura e identidade que têm norteado discussões acerca da globalização. Procuro então explicitar a problemática da relação entre prática e contexto no âmbito dos estudos de letramento fundados numa perspectiva sociocultural, assim como as críticas que se tem formulado à noção de letramentos “situados” com a qual trabalham boa parte desses estudos. Na segunda seção, resumo as linhas gerais da assim chamada “dupla crise” que a etnografia tem enfrentado em anos recentes, como forma de contextualizar a síntese crítica, apresentada na seção posterior, de um modelo

empírico-metodológico para a pesquisa em letramentos digitais proposto recentemente por pesquisadores da Universidade Vanderbilt.

1. A RELAÇÃO LETRAMENTO – CONTEXTO

1.1 O que é um contexto?

No âmbito dos estudos de letramento, pode-se entender “contexto” tanto de maneira mais ampla – como sendo uma cultura ou um conjunto de agentes e relações sociais associadas a um determinado espaço geográfico ou tempo histórico – quanto de maneira mais restrita, isto é, como uma subdivisão desse contexto mais amplo relacionada a algum tipo de atividade social específica (a casa, a escola, a igreja, etc.), ou ainda, de maneira extremamente restrita, como uma situação específica encenada dentro de uma dessas subdivisões. Tanto em sua acepção mais restrita quanto na mais ampliada, o contexto é, por conseguinte, algo que ligamos intuitiva e automaticamente a molduras espaciais e temporais definidas e estáveis.

Dito de outra forma, a concepção modernista/convencional de contexto baseia-se na noção de que o espaço e o tempo são contêineres pré-existentes dentro dos quais culturas, práticas e situações são implantadas e/ou encenadas. O espaço é, nessa visão, o espaço euclidiano, feito de partes integradas e separado de outros espaços pelos efeitos do tempo que se leva para viajar de um ao outro. O tempo, por sua vez, é visto como uma sucessão singular e universal de momentos distintos dentro da qual os eventos fluem de maneira linear e unidirecional.

A essa visão, teóricos da contemporaneidade (Lefebvre, 1991; Harvey, 1996; Soja, 1996 *apud* Leander, 2002) têm contraposto uma concepção *relacional* de tempo-espaço, uma noção de contexto fundada no pressuposto de que espaço e tempo não existem fora de redes de relações e de processos sociais, e, além disso, de que em qualquer processo social não há necessariamente apenas um único e singular tempo-espaço. É relativamente fácil perceber, embora intuitivamente difícil aceitar, que muitos tempos diferentes se desenrolam simultaneamente, e muitas vezes se entrecrocaram, numa metrópole pós-moderna: o tempo instantâneo, intenso e global dos mercados financeiros e dos meios de comunicação transnacionais, o tempo dos ritmos biológicos do corpo e dos ciclos diurnos da natureza, o tempo homogeneizado e estéril de um cassino ou um shopping center, o tempo “glacial” das mudanças na paisagem e nos sistemas ecológicos, e assim por diante. Assim como diferentes tempos, também produzimos ou habitamos diferentes espaços naquilo que, intuitivamente, preferimos conceber como sendo um mesmo lugar, pois o espaço é algo que construímos ativamente por meio de estratégias sociais, em sucessivas redefinições e negociações. Essa intuição sobre o espaço, no entanto, é facilmente abalada quando passamos por certas experiências em que tais negociações e redefinições afloram, experiências de entrecrocamento entre espaços socialmente produzidos tais como trabalhar em casa, acampar em um sítio arqueológico, visitar um consulado, freqüentar um centro espírita,

ou assistir a uma aula expositiva no laboratório de informática com a janela do mensageiro instantâneo ativada.

É James Gee (2000, parágrafo 46) quem provavelmente introduz de maneira mais acessível, para quem vê o tema da perspectiva dos estudos de linguagem, os fundamentos da concepção relacional de contexto, em sua acepção mais restrita, bem como sua repercussão para os estudos de letramento, quando explica que “situations (contexts) do not just exist. Situations are rarely static or uniform, they are actively created, sustained, negotiated, resisted, and transformed moment by moment through ongoing work”. Esse trabalho contínuo de construção e transformação do contexto consiste, segundo o autor, em relacionar (organizar, coordenar) materiais (objetos, pessoas, tecnologias, etc.) por meio de configurações relacionais específicas, de tal forma que sejam reconhecíveis pelos outros com tendo certos sentidos ou certo valor (o que ele chama de “enactive work”), mas também no esforço ativo dos sujeitos para aceitar ou rejeitar esses sentidos ou valores (o que ele chama de “recognition work”). Assim sendo, um mesmo conjunto de pessoas, palavras, objetos e ações pode constituir configurações (situações ou contextos) diferentes, tais como “professor orientando uma aluna”, ou “autoridade masculina assediando subordinado feminino”. Contextos são, portanto, produzidos, negociados e hibridizados continuamente por meio de práticas (ou do trabalho discursivo das pessoas), tanto quanto as práticas estão necessariamente situadas em contextos.

Tal princípio geral da relação entre contexto e prática não vale apenas no sentido restrito de contexto como “situação”, mas também para o contexto entendido no sentido mais amplo de “cultura”, ao menos do ponto de vista da teoria cultural contemporânea e/ou da teoria pós-moderna. Abandonando a noção clássica de cultura como força ordenadora pré-existente, transmitida externamente aos membros de um grupo social e por eles internalizada – um conceito que servira à Antropologia do Século XIX – os autores pós-modernos têm ressaltado a capacidade dos sujeitos de criar ativamente a cultura na qual se inserem, por meio de processos de interação social e hibridização (Hannerz, 1992). Essa nova visão está, em parte, respaldada pela concepção relacional de tempo-espaco a que já me referi, a qual nos permite, em tempos de globalização acelerada, reconceber o mundo não mais como uma coleção de culturas territorialmente restritas (algo que serviu efetivamente à legitimação de estratégias políticas como a do estado-nação), mas um conjunto heterogêneo e dinâmico de conexões e fluxos culturais. Assim, se o sentido de uma prática cultural qualquer só pode ser definido em relação ao contexto em que se insere, também o contexto cultural só pode ser visto como algo constantemente redefinido e renegociado por meio das práticas, como um processo permanentemente aberto de construção, contestação e hibridização.

Os estudos de letramento (enquanto prática social), no entanto, nem sempre trabalham com essa concepção de contexto, algo que, com a emergência dos letramentos digitais, torna-se mais evidente e, ao mesmo tempo, clama mais veementemente por uma revisão.

2. A GUINADA SOCIAL E A ÊNFASE NO CONTEXTO

Desde a assim chamada “guinada social” nos estudos de letramento (Gee, 2000), a importância do contexto – seja situacional ou sócio-cultural, em sentido mais amplo – tem sido enfatizada como forma de relativizar, ou mesmo deslegitimar, concepções anteriores de letramento como um sistema autônomo, que transcenderia os diferentes indivíduos, tempos e culturas que utilizam a escrita, a qual, por sua vez, seria, naquela visão, uma tecnologia determinante das diferenças profundas, aos níveis individual e social, entre o pensamento pré-lógico/concreto e o analítico/abstrato, entre o desenvolvimento (econômico e político) e o atraso ou sub-desenvolvimento, entre o conhecimento científico e o mitológico, e assim por diante.

A partir dos desenvolvimentos teóricos que serviram à construção de uma visão do letramento menos centrada no cognitivismo e mais focalizada na prática social, boa parte das pesquisas passam a explorar maneiras pelas quais os contextos modelam os usos e os sentidos do letramento, ou, em outras palavras, passam a fortalecer empiricamente a asserção de letramentos são sempre e “situados”.

Metodologicamente, essa ênfase no “trabalho de campo” se apoiou, em grande medida, na construção/adaptação de práticas e estratégias ligadas à etnometodologia e à etnografia, no que se pode considerar um diálogo com disciplinas como a Antropologia e a Sociolinguística que se mostraria (e ainda se mostra) extremamente produtivo para o campo dos estudos de letramento. Sobre a premissa de que, a partir da observação participante em eventos de letramento, se poderia conceptualizar diferentes práticas de letramento, i.e. modelos sociais, pressupostos ideológicos, etc. (cf. Street, 2003), diversos estudos foram consolidando a noção de que letramentos são práticas “situadas”, se não geográfica, ao menos culturalmente e do ponto de vista situacional. É este, exatamente, um dos sentidos do plural “letramentos” que hoje utilizamos para significar esses conjuntos de práticas sociais com características e efeitos (individuais e sociais) diferenciados em diferentes tempos e espaços.

As teorizações mais recentes sobre os letramento não apenas aceitam essa concepção plural, como também, voltando-se para a própria natureza formal e material dos textos contemporâneos, fazem o plural letramentos referir-se igualmente à multiplicidade dos sistemas de representação e das formas de mediação tecnológica associadas à leitura e à escrita (em sentido amplo), assim como ao fato de que os contextos sociais nos quais os letramentos existem são cada vez mais reconhecidos como sendo culturalmente heterogêneos ou multiculturais (New London Group, 1996).

Embora tenha revertido a tendência tecnocêntrica e “cognitivista” que tomara conta das discussões relacionadas ao letramento e à escolarização nas décadas anteriores, a abordagem sociocultural do letramento, em grande medida associada à corrente dos Novos Estudos sobre o Letramento (Street, 2003), não é imune a questionamentos e críticas, dentre os quais destaca-se, justamente, o ataque à noção de contexto sobre a qual a maior parte de seus estudos está apoiada.

Brandt & Clinton (2002 *apud* Reder & Davila, 2005), por exemplo, criticam a concepção “particularista” de contexto, a ênfase no *local* como oposto binário do *global* encontrada em muitos estudos, e, com isso, alinham-se à concepção pós-moderna de cultura a que me referi anteriormente. Para os autores, há que se considerar que o *local* e o *global* não são domínios discretos, e, portanto, há que se questionar até que ponto as lentes do “contexto local” por si sós são suficientes para explicar os usos e as formas do letramento. Na sua visão, ao mesmo tempo em que emergem de interações locais/particulares/situadas que constituem os seus eventos, os letramentos também chegam de outros lugares, infiltram-se, desarticulam e deslocam a vida local por meio de práticas e construções ativas relacionadas a recursos materiais frequentemente vindos de longe.

Esse tipo de crítica soa como especialmente válida quando pensamos nas novas formas de mediação tecnológica da leitura e da escrita, formas que utilizam dispositivos digitais capazes de conectar o local e o remoto de diversas maneiras e, por conseguinte, formas que permitem ao *global* desempenhar um papel nas práticas locais, e ao *local* desempenhar um papel em eventos de letramento que se desdobram remotamente. Não é que essa possibilidade ou componente transcontextual do letramento seja uma conseqüência da mediação das TIC, afinal letramentos sempre se apoiaram em dispositivos materiais e sempre possibilitaram o estabelecimento de relações entre agentes situados em contextos remotos geograficamente, mas ocorre que as TIC exacerbam essa propriedade dos letramentos na medida em que a automatizam e banalizam em boa parte dos casos.

A esses dois fatores, i.e. a dinamicidade dos contextos, e a transcontextualidade de certas práticas, soma-se a constatação mais óbvia, mas nem por isso sempre lembrada, de que os contextos são sempre heterogêneos, isto é, de que qualquer que seja a escala ou traço estratificador escolhido para delimitar um contexto sociocultural (nação, gênero, idade, etnicidade, língua, bairro, classe, etc.), tal contexto permanecerá heterogêneo do ponto de vista de qualquer dos outros traços ou escalas possíveis. Essa heterogeneidade é certamente uma pedra no sapato daqueles que procuram descrever letramentos “situados” como letramentos “essencializados”, e, ao mesmo tempo, uma garantia de que os letramentos serão sempre construções híbridas, como quer a teoria cultural pós-moderna (Hall, 2003). Dito de outra forma, para que a ênfase no contexto local não se renda à própria noção de “autonomia” a que foi contraposta desde a guinada social, é preciso reconhecer que, sendo os contextos heterogêneos, “local literacies do not exist autonomously, but commonly draw on perspectives that participants have developed through participation in other literacy practices – school literacies, work literacies, religious literacies, bureaucratic literacies”, e que, portanto, “a ‘single essentialized version’ of local literacy practices ignores much of the context that participants use to create the practice in the first place” (Reder & Davila, 2005, p.176).

Reconhecer que contextos são heterogêneos, dinâmicos e porosos não equivale a invalidar a necessidade de conceptualizar letramentos como fenômenos contextualizados, mas implica, necessariamente, uma revisão conceitual e metodológica importante. Essa revisão, em curso já há alguns anos e por diversos caminhos, tem produzido mutações tanto no conceito de letramento – por meio de noções como as de multiletramentos (New

London Group, 1996) e letramentos transculturais (Kostogris, 2005) – como no de contexto – postulado agora como sempre múltiplo, simultaneamente local/imediato e remoto/mediado (Reeder & Davila, 2005), ou ainda como sempre tendo componentes transcontextuais (Brandt & Clinton, 2002)¹. Há, entretanto, no que tange ao contexto, uma grande barreira a ser transposta: a concepção clássica de tempo-espaço que resiste ao longo de toda a modernidade, a noção do contexto como um contêiner pré-existente dentro do qual as práticas sociais se encaixam. Do outro lado dessa barreira, autores como Leander (2001; 2002) e Leander & McKim (2003), entre outros, têm procurado caminhos mais promissores, ainda que mais íngremes, para o estudo das práticas digitais, e dos processos pelos quais tais práticas produzem contextos e identidades móveis e mutáveis. Para tanto, baseiam-se, por um lado, numa concepção relacional de tempo-espaço, e, por outro, no que chamam de uma “etnografia conectiva”.

Minha posição em relação a tais caminhos é, ao mesmo tempo, crítica e otimista. Otimista no sentido de que a idéia de uma “etnografia conectiva”, embora soe como um oxímoro, remete à intenção de superação de binarismos do tipo local *versus* global, real *versus* virtual, digital *versus* convencional, etc.. Crítica no sentido de que, ao se proporem a renovar a parceria com a etnografia que caracterizou o desenvolvimento da vertente sociocultural no campo dos estudos de letramento, ou a “adaptá-la” às novas condições materiais do letramento, os autores talvez estejam colocando vinho novo em garrafas velhas, e, com isso, sabotando teoricamente o caminho promissor que pretendem abrir. Assim, antes de apresentar uma síntese crítica do modelo empírico-metodológico proposto por aqueles autores, faz-se necessário oferecer ao leitor menos familiarizado com a literatura pertinente um breve resumo dos desdobramentos recentes no cenário da pesquisa qualitativa que redundam naquilo que se convencionou chamar de “a dupla crise da Antropologia”.

3. ETNOGRAFIA EM CRISE

A etnografia tem sido, desde sua origem histórica enquanto disciplina (localizada por muitos autores no clássico trabalho de Bronislaw Malinowski nas Ilhas Trobriand), um projeto contestado, a partir de pontos de vista diversos. A mais tradicional fonte de críticas à disciplina pode ser localizada naqueles que advogam uma concepção naturalista-

¹ Brandt & Clinton (2002) criticam os Novos Estudos sobre o Letramento por criarem “fissuras” artificiais entre o “local” e o “global”. Ressaltam o fato de que os usos e significados dos letramentos não são criados apenas pelos agentes locais, a partir de seus próprios recursos, mas altamente influenciados por atores remotos, e relativamente mais poderosos, tais como governos, empregadores, editoras, etc.. Focalizando a dimensão material-tecnológica dos letramentos, as autoras propõem que se tome como dimensões de análise dos letramentos diferentes não apenas a “localização” (localizing moves), isto é, da apropriação e adaptação do letramento à estrutura sociocultural local e a seus interesses e necessidades específicos, mas as “conexões globalizadoras” (globalizing connects), isto é, as maneiras pelas quais os indivíduos extrapolam as “cenas locais” da leitura e da escrita filiando-se em redes de relações, de maneiras mais ou menos abstratas, tais como ser um leitor de tal autor ‘global’ ou escrever (ou ler e discutir) relatórios profissionais que serão lidos e discutidos (ou escritos) na matriz da empresa, em outro país.

quantitativa da pesquisa social como a única verdadeiramente “científica”, ou apta a oferecer uma descrição objetiva e validável do “mundo real”. Como não partilho dessa perspectiva, nem julgo ser necessário rebatê-la aqui além do que já fizeram autores como Lincoln & Guba (1985), por exemplo, cito-a apenas para lembrar que, ao questionar a concepção naturalista da pesquisa nas Ciências Sociais, os antropólogos deram-se conta da necessidade de voltarem sobre si mesmos as lentes que lhes permitiram rebater o naturalismo. Aplicando sobre sua própria prática e sobre seus pressupostos epistemológicos certos desenvolvimentos teóricos pós-modernos, mergulharam na assim chamada dupla crise da disciplina, isto é, num forte questionamento da viabilidade da etnografia em face dos problemas da representação e da legitimação.

O problema da representação está ligado, basicamente, às implicações das teorias pós-estruturalistas e desconstrucionistas do texto e da linguagem para a prática, típica da etnografia, de representar mundos sociais (i.e. fornecer uma “descrição densa” do mundo social estudado) por meio de textos, textos que aquelas teorias postulam como sendo construções ou jogos de linguagem, e não imitações de uma suposta realidade ou verdade objetiva exterior a eles. Em suma, questiona-se aqui não apenas a existência de um “campo” externo objetivamente conhecível, no qual o etnógrafo trabalha, como a própria produção do texto etnográfico enquanto construção/representação distorcida do campo e do Outro.

O problema da legitimação, intrinsecamente ligado ao da representação, deriva de que, sendo as descrições etnográficas necessariamente parciais e seletivas (ou mesmo autobiográficas), critérios como validade, confiabilidade e generalizabilidade, pilares das concepções ortodoxas do fazer científico, ficam seriamente comprometidos. Isto ficou especialmente evidente em anos recentes, com as publicações de diários de campo de fundadores da disciplina, nos quais transparece claramente a influencia de questões tais como os interesses profissionais e pessoais do etnógrafo, e daquilo que já havia dito/postulado em trabalhos anteriores, na maneira seletiva, quando não aética, de conduzir suas investigações de campo.

No bojo dessa crise, os pesquisadores adeptos das abordagens etnográficas têm se debatido há anos com o problema da reflexividade, isto é, com a necessidade da Antropologia de tornar-se um objeto a ser investigado/explicado por ela mesma, inclusive como forma de purgar pecados históricos tais como o eurocentrismo do passado etnográfico que, no intuito de descrever o “outro selvagem” que existiria em lugares distantes, na verdade construiu o outro e o selvagem como alter-ego para o Ocidente colonialista. Levada ao extremo, essa reflexividade esteve a ponto de inviabilizar a disciplina, até que surgissem, como reação a ela, tentativas de implantação do que Raposo (2005, parágrafo 5) descreve como uma Antropologia desconstrutivista ou pós-moderna, caracterizada por “novas e experimentais estratégias de representatividade equacionadas como etnografias reflexivas, dialógicas ou polifônicas”, assim como novos campos (como o da globalização) a serem estudados por meio dessas estratégias .

Vemos então que, assim como o campo dos estudos de letramento, a etnografia está sujeita a mudanças de configuração nas concatenações entre procedimentos empíricos, pressupostos metodológicos e epistemológicos. A etnografia dita “realista”, fundada no

projeto empírico de Malinowsky, se apoiava no pressuposto de que a linguagem e os signos são espelhos de uma suposta realidade objetiva, capazes de representá-la de maneira válida. O modelo interpretativo de Clifford Geertz (1973) faz aquele projeto empírico avançar a partir de uma definição de cultura como sistema de concepções expressas em formas simbólicas por meio das quais as pessoas se comunicam e reproduzem formas de conhecer o mundo, mas falha, segundo Raposo (*op. cit.*, parágrafo 12), ao subestimar “as relações de poder em jogo (ou seja, os sentidos dominantes e hegemônicos que tornavam a cultura um conceito essencializado)” assim como “os dilemas éticos da condução do trabalho de campo”. Seus sucessores, dentre os quais se destaca James Clifford (1988), põem em questão, em última instância, a capacidade da linguagem etnográfica de significar referentes ou fixar sentidos, e lançam para si mesmos perguntas sobre quem (se alguém) tem a autoridade para falar sobre a identidade e a autenticidade de qualquer grupo.

O que se pode chamar de momento atual da etnografia é definido e moldado precisamente por essa dupla crise, de representação e de legitimação. Caracterizam esse momento, segundo Denzin & Lincoln (1998, p.22;24), a valorização das epistemologias dos grupos até então silenciados (feministas, negras, não-ocidentais, etc.), como forma de minimizar o problema da representação do “outro”, o abandono do conceito do pesquisador como ser distanciado em favor da consciência de que “não há observação objetiva, mas apenas observações situadas socialmente nos mundos do observador e do observado”, e, a substituição das grandes narrativas centradas na descoberta de supostos princípios gerais subjacentes aos mundos sociais por teorizações de menor escala, mais centradas em problemas específicos e situações específicas.

Essa tentativa de reconciliar a etnografia, enquanto projeto empírico, com pressupostos metodológicos e epistemológicos pós-modernos é, entretanto, um desafio aberto, ao qual diferentes investigadores têm reagido de maneiras diferentes. Garcia Canclini (2005, p.146-7), por exemplo, entende que a etnografia é um projeto válido para a pesquisa social desde que se constitua “numa investigação das diferenças que não exclua a desigualdade, num trabalho de campo sobre processos empiricamente localizáveis que não os desconecte das redes transnacionais, num saber atento à voz dos atores sem por isso dissimular as condições institucionais que o legitimam ou financiam”, e acrescenta que “naturalmente, deve-se estimar que o fascínio pelo outro seja transmitido por um relato que não se limite ao fascínio e não seja ingênuo, mas tampouco esmaça por causa dos esforços obsessivos da desconstrução”. Stredwick (2001), por sua vez, considera que é possível alinhar a pesquisa etnográfica a pressupostos pós-modernos se, entre outras coisas, o pesquisador considerar que, embora as experiências subjetivas dos informantes devam fornecer os insights necessários para a ação do pesquisador, tais insights devem ser analisados em conjunto com uma conscientização do pesquisador sobre a sua própria situacionalidade biográfica, de modo que o impacto da sua presença seja reconhecido, gerando um certo grau de reflexividade. Além disso, ainda segundo a autora, é necessário encontrar maneiras de trabalhar com um reconhecimento intrínseco da diversidade, pluralidade e fluidez das culturas contemporâneas, rejeitando a tendência “didática” de apresentar os resultados de forma monolítica e imperialista, e oferecendo, em seu lugar, um retrato multivocal e multi-

dimensional das experiências vividas. Enfim, a etnografia, enquanto disciplina, não morreu, mas certamente agonizam as maneiras clássicas do pensar e do fazer etnográfico, enquanto surgem outras, mais sensíveis ao cenário teórico da pós-modernidade.

Feito este breve resumo, estamos em posição de sintetizar a proposta de Leander (2002) e Leander & McKim (2003) para uma “etnografia conectiva” de maneira mais crítica e informada, e de avaliar até que ponto se trata de uma proposta válida para o avanço na pesquisa em letramentos digitais tendo em vista a problemática da relação prática-contexto tal qual exposta na seção inicial deste trabalho.

4. NOVOS VELHOS PROBLEMAS

Segundo Leander (2001), uma concepção relacional de tempo-espaço nos coloca mais adequadamente diante do problema da policontextualidade ou intercontextualidade (Edwards, 2005; Mannion & Miller, 2005; Barton, 2001) dos letramentos, isto é, do problema da compreensão de como diferentes contextos se conectam e/ou concatenam para influenciar, ou para serem influenciados por diferentes tipos de práticas sociais. A poli- ou intercontextualidade não é, certamente, uma preocupação nova nos estudos de letramento, tendo sido objeto de estudos importantes tais como o de Barton & Hamilton (1998). Mas, como já sugeri, a disponibilidade das TIC e a emergência dos letramentos digitais enfatiza a necessidade de tomar-se a policontextualidade como um problema metodológico inescapável.

Apoiando-se nessa premissa, isto é, tomando por objeto os letramentos digitais vistos como práticas “embedded within and productive of multiple situations” por excelência, Leander (2002, p.1;2) tenta esboçar o que chama de um “provisional methodological model” que permitiria compreender as maneiras pelas quais letramentos digitais promovem a concatenação e infiltração de diferentes contextos (a escola e a casa, o on-line e o off-line, etc.) relevantes para um domínio específico tal como o das construções identitárias de adolescentes, objeto de um grande projeto de pesquisa conduzido pelo autor e sua equipe na Universidade Vanderbilt.

Tendo em vista esse objetivo, o autor se pergunta: “if practice theories of literacy (...) are invested in understanding literacy in its ‘cultural, historical, economic, and political contexts’ (...), then how might such practice-context relationships be traced?”. Como resposta, propõe as seguintes categorias:

1. *Redes de pessoas*: a localização em tempos-espaços diferentes dos indivíduos envolvidos nas práticas, as suas formas de acesso e os diferentes momentos em que ocupam esses locais.

2. *Redes digitais*: os diferentes espaços de sociabilidade digital formados e utilizados por meio de práticas digitais tais como salas de bate-papo ou listas de e-mail específicas, mas também as potencialmente disponíveis (a Internet vista no sentido mais amplo).

3. *Redes textuais*: as diferentes localizações, intersecções e trajetórias estabelecidas, via práticas, entre textos/discursos capazes de gerar diferentes espaços-tempos.

4. *Imbricações entre on-line e off-line*: formas como são criadas e “borradas” as fronteiras entre práticas e identidades on-line e off-line tendo em vista que toda interação on-line está imersa em algum espaço-tempo físico ao mesmo tempo em que letramentos e identidades off-line podem ser contextualizadas em relação àquelas realizadas on-line.

5. *Contextos interacionais múltiplos*: os diferentes papéis/formas de participar (interlocutor, expectador, animador, participante reconhecido/involuntário, etc.) que vão sendo negociados e mudados dinamicamente ao longo de interações muitas vezes concorrentes (navegar na WWW, fazer lição de casa e conversar com um ou mais amigos através do mensageiro instantâneo, tudo ao mesmo tempo) e as diferentes estratégias de contextualização utilizadas on-line, off-line e em práticas transversais.

6. *Construções discursivas do contexto no âmbito da interação*: os diferentes espaços-tempos (ou cronotopos no sentido bakhtiniano) construídos nas práticas de letramento (digitais ou não), com especial atenção para a natureza multimodal dessa produção.

7. *Reificações discursivas do contexto*: os discursos produzidos e relacionados pelos participantes sobre o contexto/espço social da interação (por exemplo, os discursos sobre a Internet) que o reificam.

Obviamente, essas diferentes dimensões da contextualização ou policontextualização das práticas devem ser levadas em conta de forma articulada, para que se possa, então, traçar efetivamente um recorte (poli)contextual em relação ao qual as práticas serão estudadas. Isto, contudo, não é coisa simples de implementar na prática, dada a multiplicidade de dados, perguntas e locais (físicos ou não-físicos) a serem considerados. Pensando nisso, Leander e sua equipe propõem que as diferentes dimensões do contexto sejam articuladas a partir de três categorias de atividades do(s) pesquisador(es).

Na primeira categoria, *rastrear (trace) a circulação de corpos e textos*, acompanha-se os participantes (como observador participante ou através de auto-dados) ao longo dos diferentes contextos e situações (escola, casa, amigos, trabalho, bate-papo virtual, etc.) pelos quais circulam normalmente. A segunda, *registro e análise das formas de contextualização interacional*, tem por foco as maneiras pelas quais os contextos das interações são construídos dinamicamente, seja do ponto de vista da substituição das pistas contextuais normalmente disponíveis na interação face-a-face por outras formas de contextualização, seja do ponto de vista da transferência de molduras contextuais entre o off-line e o on-line. Uma terceira categoria, *formas de produção discursiva do contexto/ espaço-tempo*, contemplaria as maneiras pelas quais conjuntos de textos constroem e reificam contextos particulares ou relações particulares entre contexto e atividade (de certo modo, essa categoria indexaria o tipo de trabalho proposto por Bakhtin acerca da análise dos cronotopos nos discursos literários).

Para atividades relacionadas a cada uma dessas categorias, os envolvidos no projeto específico para o qual Leander e colegas desenvolveram esse modelo metodológico optaram por instrumentos/técnicas específicos.

Para o *mapeamento da circulação de corpos e textos*, os autores elencam, entre outras possibilidades, a observação participante em eventos on-line e off-line, tanto de forma explícita e consentida como de forma anônima e não-implícita; o uso de diários pessoais, gravações em áudio/vídeo de interações realizadas em determinados espaços-tempos a serem relacionadas com o que acontece nas diferentes redes sociais de que os sujeitos colaboradores participam on-line e off-line, o uso de *logs* (registros textuais guardados na memória do computador) e programas de rastreamento de diferentes formas de atividade on-line (navegação, chat, mensageiros instantâneos, postagem em bulletin-boards, etc.), e a coleta de mensagens de e-mail selecionadas pelos participantes entre aquelas por eles recebidas e respondidas.

Para a investigação das formas de contextualização interacional, os autores predizem dificuldades que demandam a combinação de instrumentos para a coleta de dados. Dentre essas dificuldades estaria a impossibilidade de registrar-se nos *logs* do computador as pistas não verbais e as interpretações retrospectivas utilizadas pelos participantes, bem como as interações face-a-face paralelas que ocorrem quando duas ou mais pessoas compartilham o mesmo terminal de computador para participar dos eventos. Para minimizar essas dificuldades, sugerem que se combinem *logs* dos eventos de interação com gravações em vídeo dos eventos, eventualmente com respostas dadas pelos participantes a perguntas feitas pelo pesquisador, fotos digitais e notas de campo.

Finalmente, para o *registro das formas de produção discursiva de espaço-temporalidades*, Leander e seus colegas propõem tomar-se como dados as representações da Internet e das atividades baseadas em Internet disponíveis na mídia tradicional, os discursos relacionados aos diferentes contextos de interação estudados, e entrevistas e análises dos textos criados pelos participantes que possam indicar como esses discursos regulam certas práticas on-line e off-line

Não obstante a engenhosidade desses arranjos de atividades e técnicas, pode-se perguntar até que ponto a complexificação neles implicada estabeleça uma relação de custo-benefício viável, tendo em mente a quantidade de recursos materiais e humanos utilizados. A isso Leander (2002) responde com um argumento semelhante ao empregado por Gee (2000) para criticar os estudos clássicos da guinada social. Para Gee (*op. cit.*, parágrafo 44), “what is often left out in discussions of the mutually constitutive nature of words and contexts is the person as agent who utters (writes) the words with (conscious and unconscious) personal, social, cultural, and political goals and purposes. Of course, in social turn theories, the person’s deeds and body are part of the situation or context, but the person as an actor engaged in an effort to achieve purposes and goals is left out as an embarrassing residue of our pre-social days”. Para Leander (*op. cit.*, p. 6): “the ability of online and offline literacies to generate contexts is critical for a number of reasons. Among them, while the analysis of contextual embeddedness is prone to emphasize how practices and identities are socially structured, analyses of contextual production provide openings for agency, imagination, and improvisation”. Trata-se, portanto, não de uma proposição focada numa aproximação como uma suposta “verdade objetiva” a partir de certos avanços metodológicos, mas de um posicionamento político-filosófico em favor da noção de

agentividade nos estudos de letramento. Este seria, em última análise, o benefício que contrabalança o custo da complexidade e do esforço material implicados na proposta.

A policontextualidade é, contudo, apenas parte do que é preciso considerar na construção desse modelo que visa adaptar ou prolongar a etnografia, algo que Leander & McKim (2003) abordam num texto dedicado ao que eles chamam de “etnografia cognitiva”. Aqui os autores retomam o problema da construção do contexto da pesquisa, mas a ênfase está nas implicações desse novos contextos para a manutenção de certos critérios tais como “autenticidade”, e certos procedimentos tais como a “observação participante”.

Com relação à “autenticidade”, os autores discutem basicamente o problema de como validar dados colhidos em eventos que se desenvolvem em (ao mesmo tempo em que produzem) “mundos virtuais” que favorecem a opção do anonimato. Por exemplo, como saber se a “cocotinha_de_S@mp@” que participa de um bate-papo online é de fato uma garota adolescente de São Paulo e não um pedófilo mineiro radicado em Miami? Até que ponto a impossibilidade de acesso ao seu corpo físico inviabiliza tal pessoa como informante “autêntico”, e até que ponto a interação com essa *persona* construída textualmente pode ajudar o pesquisador a entender como vêem o mundo as adolescentes paulistanas, ou os pedófilos mineiros de Miami, que utilizam a Internet?

Em nível mais profundo, o que Leander & McKim (*op. cit.*) põem em questão não é um problema exclusivo dos letramentos digitais, pois que, em qualquer situação, como já dito, a linguagem constitui, ao mesmo tempo, a mensagem e o contexto. O que há de novo na situação digital, penso, é que ela torna gritante o problema da representação da etnografia. O etnógrafo, no sentido clássico é, essencialmente, alguém que se pretende capaz de construir discursivamente os sujeitos e os contextos tomados como objeto de sua pesquisa, e é exatamente isso o que o constitui como pesquisador, e não como objeto da pesquisa. Mas aqui ele se vê na posição de quem precisa confiar numa representação textual daquele mundo social produzida por outrem. Mais do que isso, para poder participar dessas práticas, o pesquisador também necessita representar a si mesmo textualmente, precisa se engajar nalgum tipo de “enactive work”, mas sem contar com as pistas habituais que lhe permitiriam saber em que direção caminha o “recognition work” dos seus interlocutores.

Surpreendentemente, em lugar de explorar essa contradição da etnografia em face da própria concepção de contexto que defendem, Leander & McKim (*op.cit.*) se dedicam a listar maneiras pelas quais o problema da autenticidade pode ser contornado. Pode-se, segundo eles, examinar retrospectivamente todos os eventos de interação com um determinado sujeito buscando determinar a plausibilidade e a coerência de suas afirmações sobre si mesmo (isto é, pode-se retextualizá-lo para ver se seu “enactive work” se sustenta). Pode-se lançar mão de outros instrumentos, tais como uma entrevista face-a-face, para confirmar a validade do que o sujeito diz a partir das pistas contextuais habituais, e assim por diante. Nenhuma dessas estratégias, contudo, seria tão promissora, e tão condizente com a concepção pós-moderna de etnografia, do que simplesmente conceber a autenticidade de uma identidade não como algo fixo e imanente de um corpo físico, mas algo sempre negociado e sustentado pela situação comunicativa. Aqui pode-se buscar a contribuição de Lemke (1995, p.81;88), que nos diz que “a noção de indivíduo “individual human subject”,

que pensa, imagina, escreve, lê e interpreta (...) tem contradições internas. Ela identifica como o mesmo objeto/fenômeno unitário aquilo que vários discursos científicos em princípio nos permitem distinguir. O organismo biológico e a ‘persona’ social são construções sociais profundamente diferentes (baseadas em sistemas de práticas/discursos incomensuráveis)”, e mais adiante, “o indivíduo social é a entidade socialmente significativa, o indivíduo biográfico com corporificação, ou talvez possamos dizer provisoriamente o ‘encenador’ de um conjunto particular de papéis participativos em estruturas de atividades particulares, ‘aquele que faz isso e aquilo’, a pessoa ‘definida pela prática’”.

À observação participante nos letramentos digitais, por outro lado, coloca-se, segundo Leander & McKim (*op. cit.*), o problema dos “participantes periféricos legitimados”, ou *lurkers*², que estão de certa forma presentes, mas não discursivamente “presenciados” nesses eventos. Num evento comunicativo face-a-face, o silêncio tem significados razoavelmente fáceis de inferir por meio de pistas contextuais, as quais, entretanto, não estão disponíveis em certas práticas digitais. Ainda assim, ser um *lurker* é uma forma legítima de participar daquela comunidade e a construção do ponto de vista interno não será completa sem a inclusão do seu. A questão é: como poderia o pesquisador estar atento ao que fazem/dizem esses participantes nessas circunstâncias? Ou como dar conta do ponto de vista interno dessa comunidade sem considerar aqueles membros que de alguma forma estão nela implicados? É certo que o pesquisador poderia, até certo ponto, experimentar o ponto de vista do *lurker* simplesmente observando em silêncio. Mas, nesse caso, é a própria idéia de participação do pesquisador que ficaria comprometida.

Invocando indiretamente a concepção relacional de tempo-espço, Leander & McKim (*op. cit.*) argumentam que um participante cuja atividade não é percebida/reconhecida pela comunidade, nem mesmo como silêncio, não está no mesmo tempo-espço que a comunidade. Seu ponto de vista, então, é irrelevante para aquela situação e pode ser desconsiderado; ou então, seu ponto de vista pode ser experimentado off-line, num encontro face-a-face em que ambos etnógrafo e informante poderiam compartilhar o a prática de espreitar ao mesmo tempo em que se abstém de participar. Com essa solução, a meu ver, os autores perdem, novamente, a perspectiva do reconhecimento dos limites da etnografia independentemente do caráter digital das práticas. Por mais reflexiva, dialógica ou polifônica que seja, a etnografia sempre se debaterá com o problema do silêncio, com a impossibilidade de abranger todos os pontos de vista de uma comunidade (sempre heterogênea), mesmo quando os sujeitos estão presentes fisicamente. Da mesma forma, o fato de que alguns participantes efetivamente tenham algo a dizer que o pesquisador possa registrar não implica necessariamente que o que dizem possa inequivocamente representar um ponto de vista “interno” da comunidade, senão justamente aquilo que o pesquisador deseja ouvir – um dos velhos problemas do paradigma qualitativo-interpretativo – desejo ao qual o participante tem acesso por meio do mesmo tipo de pista contextual “presencial” de cuja falta os autores se ressentem.

² *Lurkers*, ou participantes periféricos legitimados, são participantes de eventos coletivos de interação mediada por computador que têm acesso às mensagens trocadas pelos demais atores, mas que não se manifestam a respeito do que os outros membros estão dizendo/fazendo de forma explícita.

Vemos então que esses pesquisadores, assim como outros atuando nessa mesma frente de investigação, têm produzido soluções engenhosas, do ponto de vista prático ou empírico, e têm buscado justificar essas soluções teoricamente. Salta aos olhos, contudo, que, em determinados momentos, o façam por referência à concepção clássica de enografia, uma concepção que as próprias teorias pós-modernas, e especialmente pós-coloniais, têm colocado em xeque. A explicitação dessa contradição é essencial para um eventual desenvolvimento desse caminho metodológico, sob pena de que, não sendo ela feita, a engenhosidade de suas soluções empíricas fique totalmente obnubilada pela ingenuidade de seus pressupostos metodológicos e epistemológicos.

É obviamente necessário que se produzam e se critiquem muitos outros modelos interpretativos-qualitativos para a pesquisa em letramentos digitais antes que possamos efetivamente produzir uma abordagem metodológica madura e robusta. Mas da pequena síntese aqui apresentada, já se pode tirar ao menos duas conclusões que talvez sejam úteis nesse sentido.

A primeira, e mais básica, é a de que talvez estejamos qualificando como “problemas” o que na verdade constituem propostas de solução e vice-versa. Por exemplo, ao levantarmos o problema da “autenticidade” em certos tipos de práticas digitais, Leander & McKim (*op. cit.*) estão simplesmente mostrando que os limites das concepções de identidade que norteavam estudos clássicos de letramento não podem ser ignorados quando tratamos de letramentos digitais, exceto quando o pesquisador vai a campo sob a influência de uma orientação positivista/naturalista. Mesmo nesse caso, o que de pior pode acontecer, e que infelizmente acontece com alguma frequência, é que o pesquisador proteja sua crença realista-naturalista por meio de categorizações ou dicotomias altamente questionáveis, do tipo “real” versus “virtual”. Mas também pode acontecer que tal pesquisador adquira uma nova sensibilidade para concepções que até então não faziam parte do seu “paradigma”, isto é, da rede que contém as premissas epistemológicas, ontológicas e metodológicas nas quais se apoia (Denzin & Lincoln, 1998, p.26).

Algo semelhante pode ser postulado com relação ao problema dos *lurkers*. A observação participante nesses letramentos simplesmente “esfrega na cara” do pesquisador o fato de que o campo é sempre algo além ou aquém de uma totalização, sempre seletivamente construído, se não por ele mesmo, pelas escolhas conscientes ou inconscientes dos sujeitos com os quais se relaciona. Por mais que se pretenda oferecer um retrato multivocal, multidimensional e diverso do mundo representado, haverá sempre vozes presentes no contexto escolhido que não são capturáveis ou agregáveis às interpretações e estratégias de representação do pesquisador. No entanto, as mesmas formas de comunicação digital que engendram tais dificuldades também abrem novas perspectivas para a obtenção e análise de diferentes materiais empíricos, dentre as quais o emprego de modelos de análise assistidos por computador (Denzin e Lincoln, 1998). Além disso, acenam com outras possibilidades de formulação dos resultados, com outras textualidades e possibilidades de representação nas quais a multivocalidade, a diversidade e o diálogo podem, em tese, ser mais facilmente contemplados.

Uma segunda conclusão que resulta do confronto entre a proposta de Leander & McKim (*op. cit.*) e os dilemas da etnografia é a de que, ao elencarem categorias úteis para o rastreamento da relação entre contexto e prática, talvez tenham elencado também, conscientemente ou não, categorias úteis para a garantia de um certo grau de reflexividade nesse tipo de estudo. Por exemplo, ao rastrear a circulação de corpos e textos relacionados à sua própria prática de pesquisa, o pesquisador certamente estaria mais apto a compreender as maneiras pelas quais “o campo” e “o laboratório” se contaminam e se co-constróem, e, portanto, mais apto a evitar não apenas a noção ingênua do cientista como ser distanciado, quanto a pressuposição de que o campo é um container que pré-existe às suas próprias práticas. Já ao investigar as formas de contextualização interacional utilizadas por ele mesmo, estaria, em tese, em posição de questionar o tipo de pista ou moldura contextual que induz seus informantes a dizerem o que ele quer ouvir, e não o que ele precisaria/deveria ouvir. Finalmente, seria indispensável para o pesquisador voltar sobre si mesmo, ou sobre sua prática, a análise das formas de produção discursiva do contexto, isto é, das maneiras pelas quais os textos que produz (das notas de campo aos artigos publicados), assim como os que utiliza na construção inicial de suas perguntas, constroem e reificam o contexto (institucional) no qual ele mesmo trabalha, assim como aqueles que deseja estudar. Nesse caso, não está em jogo apenas a construção do seu objeto imediato de investigação, mas, principalmente, a construção/legitimação do próprio campo de estudos em que pretende constituir-se como ator, ou seu próprio “enactive work”, nos termos de Gee (2000).

5. CONCLUSÃO: DESAFIOS

Este trabalho tem como motivação inicial minha própria insatisfação com os resultados de um trabalho de campo vinculado à minha pesquisa em inclusão digital, ou, melhor dizendo, com a sensação de que haveria muito mais a investigar em tal estudo caso dispusesse, à época, além dos recursos materiais, de modelos metodológicos e ferramentas empíricas mais sofisticados em termos da relação entre prática e contexto no campo dos letramentos digitais. Tal frustração não é maior simplesmente porque esses modelos e ferramentas, em realidade, ainda estão em processo de elaboração, estão ainda sendo forjados sob o calor e a pressão simultânea das teorias pós-modernas na paisagem da pesquisa intepretativa-qualitativa, da inovação tecnológica nas práticas de letramento e dos desdobramentos socioculturais dos fluxos da globalização.

A construção desses novos modelos e ferramentas constitui um desafio semelhante aos da pesquisa qualitativa como um todo, mas, ao mesmo tempo, diferente. Semelhante no sentido de que também aqui estaremos constantemente às voltas com as tensões, contradições e hesitações que tem levado projetos empíricos como o da etnografia a terem seu fim decretado por alguns de seus próprios praticantes. Diferente no sentido de que, além dessas questões, necessitamos nos haver com o tecnocentrismo que está na raiz de binarismos (real *versus* virtual, digital *versus* convencional, moderno *versus* tradicional, etc.) que, em muitas ocasiões, constituem tentativas de varrer para debaixo do tapete, ou

melhor, para atrás das telas eletrônicas, a complexidade inerente à relação entre prática e contexto em qualquer estudo de letramento.

A mera disponibilidade de novos artefatos técnicos (computadores, softwares de rastreamento, dispositivos de videografia digital, etc.) certamente não determinará a emergência de tais modelos e estratégias, ao menos do ponto de vista de quem não pretende sucumbir àquele mesmo tecnocentrismo. Mas é possível que, assim como um telescópio (ou um microscópio) é útil no “recognition work” daqueles que praticam a ciência como busca da realidade objetiva, tais artefatos venham a favorecer o “enactive work” de quem busca construir a relação entre letramento, contexto e pessoa de forma menos simplista e mais reflexiva. É preciso ter em mente, contudo, que a necessidade de encontrar maneiras de lidar com o remédio da reflexividade de forma que não se transforme em veneno paralizante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTON, D. (2001). Directions for literacy research: Analysing language and social practices in a textually mediated world. *Language and education*, v.15, n.2 e 3, p.92-104.
- BARTON, D.; e HAMILTON, M. (1998). *Local literacies: Reading and writing in one community*. New York: Routledge.
- BRANDT, D.; CLINTON, K. (2002). Limits of the Local: expanding perspectives on literacy as a social practice. *Journal of Literacy Research*, v. 34, n.3, p.337-356.
- CLIFFORD, J. (1988). *The Predicament of Culture*. Cambridge, MA: Harvard UP.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (1998). Entering the field of qualitative research. In: _____ (Eds.) *The Landscape of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- EDWARDS, R. (2005). Contexts, boundary zones and boundary objects in lifelong learning. Education-Line database. Disponível em: <<http://www.leeds.ac.uk/educol/documents/143404.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2007.
- BUZATO, M. E. K. (2007). Entre a Fronteira e a Periferia: Linguagem e Letramento na Inclusão Digital. 256f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- GARCÍA CANCLINI, N. (2005). *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- GEE, J. P. (2005). The New Literacy Studies and the Social Turn. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R (Eds.). *Situated Literacies: Reading and Writing in Context*. London: Routledge, 2000. Disponível em: <<http://www.schools.ash.org.au/litweb/page300.html>>. Acesso em: 12 jan..
- GEERTZ, C. (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books.
- HALL, S. (2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

BUZATO - Desafios empírico-metodológicos para a pesquisa em letramentos digitais

- HANNERZ, U. (1992). *Cultural Complexity*. Colombia University Press, New York.
- HARVEY, D. (1996). *Justice, nature and the geography of difference*. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers.
- KOSTOGRIZ, A. (2005) Rethinking the spatiality of literacy practices in multicultural conditions. In: AARE (Eds) *Doing the Public Good: Positioning Education Research*, Melbourne Education: Melbourne. Disponível em: <<http://www.aare.edu.au/04pap/kos04610.pdf>>. Acesso em 17. set. 2005.
- LEANDER, K. M. (2001). “This is our freedom bus going home right now”: Producing and hybridizing space-time contexts in pedagogical discourse. *Journal of Literacy Research*, v.33, n.4, p.637–679.
- LEANDER, K. M. (2002). Situated literacies, digital practices, and the constitution of space-time. NATIONAL READING CONFERENCE 52nd ANNUAL MEETING, Miami. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/litspace/nrc2002.pdf>>. Acesso em 13. fev. 2006.
- LEANDER, K.; MCKIM, K. (2003). Tracing the everyday ‘sitings’ of adolescents on the internet. *Education, Communication and Information*, v.3, n.1, p.11-30. Disponível em: <<http://www.vanderbilt.edu/litspace/sitings.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2005.
- LEFEBVRE, H. (1991). *The production of space*. Cambridge, MA: Blackwell.
- LEMKE, J. L. (1995). *Textual politics: Discourse and social dynamics*. London: Taylor & Francis.
- LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. (1985). *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills, CA: Sage.
- MANNION, G.; MILLER, K. (2005). Literacies for Learning in Further Education: promoting inclusive learning across boundaries through students’ literacy practices. *EUROPEAN CONFERENCE ON EDUCATIONAL RESEARCH*, Dublin. Disponível em: <http://orgs.man.ac.uk/projects/include/experiment/mannion_miller.pdf>. Acesso em 15 fev. 2007.
- NEW LONDON GROUP. (1996). A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures. *Harvard Educational Review*, v.66, n.1, p.60-92.
- RAPOSO, P. (2005). Etnografia: um itinerário possível da pré-modernidade à pós-modernidade. Oficina de Etnografia. Disponível em: <<http://oficinadeetnografia.blogspot.com/2005/09/um-ponto-de-vida-antropolgico.html>>. Acesso em 12 jan. 2006.
- REDER, S.; DAVILA, E. (2005). Context and literacy practices. *Annual Review of Applied Linguistics*, v.25, n.1, p.170–87.
- SOJA, E. W. (1996). *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Malden, MA: Blackwell.
- STREDWICK, R. (2001). Epistemological Boundaries and Methodological Confusions in Postmodern Consumer Research. Working Paper 001/01, Management Research Centre, University of Wolverhampton. Disponível em: <http://www.wlv.ac.uk/PDF/uwbs_WP001_01_Stredwick.pdf>. Acesso em 05 mar. 2007
- STREET, B. (2003). What’s “new” in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, v.5, n.2, p.1-14. Disponível em: <<http://www.tc.columbia.edu/cice/articles/bs152.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2004.